



# PORTUGAL DEMOCRATICO

ANO XIII — N.º 136 — S. PAULO, JANEIRO DE 1969 — REDAÇÃO: RUA LIBERO BADARÓ, 488 — 5.º ANDAR — SALA 50 — CAIXA POSTAL, 6248

## GREVE GERAL NA UNIVERSIDADE DE LISBOA



Um aspecto da massa estudantil que no dia 20 de Novembro se reuniu na Cantina da Cidade Universitária para comemorar livremente, democraticamente a abertura oficial do ano lectivo, enquanto os figurões do fascismo perdidos num imenso anti-teatro vasio confirmavam através de discursos solenes e pomposos que em Portugal só mudou a fachada e o SALAZARISMO SEM SALAZAR É UMA REALIDADE.

### Das ilusões à realidade

No dia 16 de Dezembro, um grupo de personalidades da Oposição ao regime encaminhou ao sr. Marcelo Caetano um memorial em que define a sua posição perante a ideia do "diálogo político" propugnado pelo sucessor de Salazar.

No momento em que fechamos esta edição, não recebemos ainda a integra do documento. Pelo resumo que dele apresentaram as agências noticiosas internacionais podemos, no entanto, desde já, tirar a conclusão de que estamos diante de uma iniciativa que não corresponde aos interesses do povo português. Muitas das exigências formuladas pelos signatários coincidem com aspirações nacionais. É o caso da supressão do partido único, da anistia política, da extinção das "medidas de segurança", do regresso dos exilados políticos, da promulgação de uma lei eleitoral democrática. Mas o fato de esse setor da oposição enumerar algumas das muitas reivindicações do povo não significa nem que o seu gesto interprete os anseios profundos da Nação nem que a iniciativa seja politicamente correta.

Mostram-se os signatários preocupados com as eleições legislativas de 69, o que é perfeitamente legítimo e patriótico. Mas traduzem essa preocupação de um modo que se nos afigura negativo. O documento, pelo tom e pelo conteúdo, é um apelo indireto à desmobilização popular, a refletir a desconfiança com que certos setores liberais encaram a participação das forças populares no processo político. A simples hipótese de que o governo do sr. Marcelo Caetano possa vir a merecer crédito se aceitar o diálogo com alguns setores da Oposição é uma fonte de perigosas ilusões. A tese do diálogo desempenha o papel de um anestésico. Por outro lado, os autores do memorial, nos próprios rodeios terminológicos encontrados para se definirem como progressistas, procuram e conseguem surgir perante o sr. Marcelo Caetano como interlocutores bem comportados. Apresentam-se como adversários, mas fazem questão de oferecer garantias de que não têm como meta o derrubamento do Estado fascista. Colocam na mesa o atestado ideológico, sem o qual o regime não admitiria o diálogo.

O que nos surpreende na iniciativa não é tanto a sua concretização num documento que vale por uma resposta dada aos apêlos divisionistas do novo governo. As ilusões legalistas foram sempre uma constante na Oposição portu-

guesa. O que estranhámos é o fato de terem apostado as suas assinaturas no memorial democratas com um passado de lutas que os torna dignos do nosso respeito. Não compreendemos como alguns dos signatários puderam negar com essa opção tudo o que disseram, fizeram e escreveram nos últimos anos. Num momento em que até a imprensa liberal da Inglaterra e dos Estados Unidos se compenetraram já de que o sr. Marcelo Caetano não cumprirá as vagas promessas "liberalizantes" contidas no seu discurso de posse, é deplorável que democratas portugueses com responsabilidades perante a Nação fechem os olhos à realidade e venham falar em diálogo com um regime que nem sequer mudou de pele...

Uma política não se julga pelas palavras, mas pelos atos, pelos resultados. Dobrados os cem dias, o sr. Marcelo Caetano confirmou o que dele esperavam os antifascistas mais lúcidos. Hoje, a implantação do salazarismo sem Salazar deixou de ser um perigo: é uma realidade. As estruturas do fascismo continuam intactas. A repressão não diminuiu; o obscurantismo cultural levou à greve geral os estudantes da Universidade de Lisboa; o diretor da PIDE é condecorado por serviços prestados à Pátria; a escalada na guerra colonial é um fato; os monopólios estrangeiros recebem novos privilégios; o governo discute com a Alemanha e com os Estados Unidos a concessão de maiores facilidades para o funcionamento das bases militares que instalaram em território português. Caetano, como fascista e racista convicto, dá mesmo um passo em frente e sugere, no seu discurso de 27 de Novembro, a internacionalização das guerras de agressão contra os povos de Angola, de Moçambique e da Guiné Bissau.

O único diálogo que o sr. Marcelo Caetano e o regime por ele simbolizado entendem resume-se numa palavra: LUTA! A "liberalização" é um mito e como tal a denunciaremos. A resposta a dar às tentativas mistificadoras do caetanismo é a que diariamente lhe oferecem os estudantes, os operários, os camponeses, os intelectuais progressistas e os soldados e marinheiros antifascistas. O tempo dos memoriais passou: a hora é de OFENSIVA em tôdas as frentes!

**PORTUGAL  
DEMOCRATICO**

As derrotas militares sofridas nas colônias, às derrotas políticas sofridas na Assembleia Geral das Nações Unidas, vieram juntar-se para o governo da ditadura portuguesa as derrotas que nos primeiros dias de Dezembro, lhe infligiu o Movimento Estudantil, ao desencadear a greve geral que paralizou a Universidade de Lisboa. No momento em que escrevemos, não temos ainda informações sobre os últimos desdobramentos do conflito que opõe os estudantes ao fascismo e particularmente à política obscurantista do Ministério da Educação. Mas tudo leva a crer que o luto académico resultante do encerramento do Instituto Superior Técnico se prolongou até ao início das férias do Natal. Significa isso que a crise permanece e que a reabertura das aulas em Janeiro encontrará a juventude académica mais disposta do que nunca a bater-se em defesa dos seus direitos associativos e das legítimas reivindicações que vem sustentando. O reforço da unidade entre os estudantes é um dos aspectos da situação que mais alarma as autoridades fascistas, apavoradas com a hipótese de que a greve da Universidade de Lisboa se estenda às Universidades de Coimbra e do Porto, cujos alunos vêm hipotecando total solidariedade aos seus colegas da capital.

Do ponto de vista político, a greve constitui um importante factor no processo de desmascaramento do "salazarismo sem Salazar". A experiência veio demonstrar que a política estudantil do novo governo não difere no essencial da de Salazar e que Marcelo Caetano reagiu às justas reivindicações dos estudantes com o mesmo espírito retrogrado e com a mesma violência que caracterizaram a era do seu predecessor.

O antagonismo estudantes — Ministério da Educação vem de muito longe, mas a actual crise assumiu subitamente graves proporções em Novembro, após a recusa do Governo em permitir que um representante dos alunos usasse da palavra na solenidade da abertura oficial dos cursos. Sobre o assunto recebemos uma volumosa correspondência. A reportagem que abaixo publicamos não é entretanto da autoria de nenhum dos nossos correspondentes habituais. Foi escrita por um jornalista estrangeiro. É um documento sereno, redigido com a fria objetividade de quem, procura ver as coisas sem a menor paixão. Por isso lhe demos preferência.

**ORIGENS DA GREVE:  
A ABERTURA DO ANO  
LECTIVO**

LISBOA (De um correspondente especial) — No dia 20 de Novembro, as Associações

(Continua na pág. 4)



# PARA ONDE VAMOS? Democratas do Norte exigem democratização

F. PITEIRA SANTOS

Chamados a Lisboa, os governadores de Angola, de Moçambique e da Guiné, vieram prestar contas ao novo governo dos resultados negativos de uma velha política. Para aliviar o governo das responsabilidades da condução da guerra colonial, o Professor Marcelo Caetano, ressuscitara, oportunamente, o Conselho de Defesa Nacional. Coube ao Conselho de Defesa Nacional apreciar a situação militar. Nos inícios de Dezembro, após dois dias de deliberações secretas dos Altos-Comandos das Forças Armadas, o Brigadeiro Bettencourt Rodrigues, actual Ministro do Exército, partiu para Angola. A sua visita teve como objetivo proporcionar um exame, in loco, da situação militar. Com efeito, segundo os comunicados das Forças Armadas portuguesas e segundo os comunicados do M.P.L.A. — Movimento Popular de Libertação de Angola presidido pelo dr. Agostinho Neto — a situação militar tem-se agravado, são mais frequentes as emboscadas e os combates, os combatentes angolanos põem em acção efectivos mais numerosos, mais bem preparados e mais bem armados. De uma parte e outra aumenta o número de baixas. Ultrapassado, nos seus meios operacionais e nos seus dispositivos logísticos pela extensão das frentes em que se combate, o Alto Comando do Exército colonialista, recorre aos bombardeamentos aéreos que, como se sabe pela experiência de outras guerras populares e, em particular, da guerra do Vietnam, são ineficazes contra os combatentes mas susceptíveis de causar imensas destruições e de espalhar o terror entre as populações pacíficas e indefesas.

Em 9 dos 15 distritos angolanos, segundo os dirigentes do M.P.L.A. estão em curso actividades militares. E esse facto, que hoje os Comandos militares portugueses já não contestam, explica que nas altas esferas militares se fale da necessidade de enviar mais 20.000 soldados para Angola.

Mais 20.000 jovens portugueses serão arrancados ao trabalho, ao estudo, à vida familiar, para ir matar e morrer numa guerra injusta e rutnosa. E mais 20.000 soldados nas extensões da Frente leste angolana que se estende da fronteira do Sudoeste-africano à Lunda, são gotas de água num oceano.

Não é possível que os Altos-comandos portugueses tenham ilusões quanto a uma solução militar a curto ou médio prazo. E a longo prazo uma vitória militar portuguesa só será possível se no actual contexto político africano, se verificarem alterações importantes. Não é também possível que os meios políticos salazaristas tenham ilusões quanto à resistência da economia nacional ao problema da emigração dos trabalhadores e dos técnicos e ao problema do endividamento ao crédito interno e externo. O governo salazarista deve em Portugal e deve no estrangeiro. Os juros e amortizações dos empréstimos externos pesam terrivelmente nas finanças do Estado português. A esperança na rentabi-

lidade dos jazigos minerais, e outras fontes de riqueza, que entraram em exploração e que, na sua quase totalidade, foram concedidas ao capitalismo internacional, pode não vir a confirmar-se. E, principalmente, o facto dos soldados portugueses se baterem e morrerem por riquezas que não pertencem já ao nosso povo, embora constituam fonte de enriquecimento para os círculos monopolistas que nos oprimem e para os políticos que servem, acentua o carácter anti-nacional da guerra.

A rapina económica dos territórios coloniais; pelo processo da concessão de direitos de exploração aos monopólios internacionais, ou a empresas em que o nome português mal cobre e disfarça o carácter apátrida, torna inviável qualquer solução política que tivesse em vista o enraizamento de um colonato europeu ou a constituição de uma burguesia nacional africana. O proletariado negro e o proletariado branco, os trabalhadores africanos e os trabalhadores europeus, são entregues, pelo governo de sucessão salazarista, à exploração dos estrangeiros de fora e dos estrangeiros de dentro associados no mesmo plano de domínio dos povos africanos e do povo português.

O problema já não é um problema militar. Há muito que se tem a consciência de que se está perante um grave problema político. E quem quer sabe que os problemas políticos exigem soluções políticas. Se o Brigadeiro Bettencourt Rodrigues, Ministro do Exército no governo de sucessão salazarista, verificar, como não poderá deixar de verificar, que os meios militares em acção e dos dispositivos logísticos são insuficientes, teremos que as despesas militares previstas, e que absorvem quase metade do orçamento nacional, serão largamente excedidas em 1969, como aliás, já sucedeu em 1968. Afirma-se que só nos primeiros 6 meses de 1968, as despesas militares previstas foram excedidas em 28,5 por cento.

E teremos mais soldados em Angola. Donde virão esses soldados? Serão mais jovens roubados aos estudos, à preparação técnica, ao trabalho profissional. Serão mais jovens da nossa carne e do nosso sangue atirados para a fogueira de uma guerra em que se perde Portugal.

Porque em terras de Angola, da Guiné e de Moçambique, não são apenas interesses materiais contestáveis, fumos de império, mitos obsoletos de missão civilizadora que vamos perdendo cada dia, é a própria independência nacional que se perde. O Professor Marcelo Caetano, chefe do governo de sucessão salazarista, compreende o perigo político que decorre do esforço financeiro exigido pela guerra colonial e afirmou no seu discurso de 27 de Novembro: "Um país não pode, porém endividar-se acima de certo limite, pois amortização e juros passam a ser encargos do orçamento ordinário. Por outro lado o crédito interno não é inesgotável e o crédito externo tem de estar

sempre longe do esgotamento porque pais largamente devedor a estranhos cessa na realidade de ser independente". Mas, paradoxalmente, despreza, na prática governativa, esta argumentação lúcida, e é para a política obstinada, cega, que compromete a independência nacional, que se propõe conduzir-nos no rasto do seu antecessor, o senhor Oliveira Salazar de triste memória. Marcelo Caetano entende que vamos perder-nos, e aponta ao país o caminho que o pode levar à perda da independência, o caminho de Alcacer-Kibir.

Marcelo Caetano não é D. Sebastião — mas o resultado é idêntico. O outro era impedido pela loucura heróica, este está manietado por interesses tentaculares.

O Ministro do Exército, Brigadeiro Bettencourt Rodrigues, foi enviado a Angola para estudar, no terreno, as medidas a adoptar para prosseguir a guerra, para tentar corrigir, a ferro e fogo, um inevitável destino, para cavar mais fundo o sorvedouro de vidas e dinheiro que é já um fosso entre povos que poderiam viver e progredir em fraternidade cooperante. A missão de que o incumbiram tem um nome: Alcacer-Kibir. Trata-se de arrastar Portugal para a miséria, para a derrota, para a dependência.

Em Angola não se perde Angola. Em Angola, na Guiné e em Moçambique, perae-se Portugal.

## Atenção ao nosso novo entenderêço.

# OS VENDEDORES DE ILUSÕES

MARIA LUISA TITO DE MORAIS

Passaram-se três meses desde a subida ao poder de Marcello Caetano.

Apesar das promessas "liberalizantes", o novo Governo continua a ser, decorrido este tempo, um governo dos monopólios, do imperialismo estrangeiro e dos grandes latifundiários.

Em setores da oposição, têm nascido ilusões sobre o rumo que a política de Marcello Caetano vai tomar. Para alguns, a alternativa fascismo ou democracia foi substituída por um mais vale apoiar o "liberalizante" Marcello Caetano do que correr o perigo de um governo de "ultras".

Mas, a verdade é que com Salazar ou com Caetano, o salazarismo continua.

As reivindicações fundamentais do povo português continuam sem ser satisfeitas. E, no decorrer destes três meses, o governo de Marcello Caetano, como qualquer governo fascista, nem abriu a porta a eleições livres, nem tomou medidas para a abolição da censura, nem decretou uma anistia geral com a libertação dos presos políticos e o regresso dos exilados, nem pôs na ordem do dia a dissolução da PIDE, nem assegurou as bases da liberdade de expressão do pensamento e de organização, nem mostrou estar disposto, de perto ou de longe, a reconhecer o direito à auto-determinação e independência dos povos das colónias portuguesas.

O sucessor Marcello Caetano, continua fiel aos ensinamentos do seu mestre Salazar. Como ele próprio se definiu a 26 de Setem-

Publicamos abaixo o texto original do documento enviado ao sr. Marcelo Caetano por mais de 1500 democratas do Porto, de Braga, de V. do Castelo, de Viseu e Leiria, documento a que havíamos feito referencia em nossa ultima edição e que teve a melhor receptividade junto da opinião publica por ser de todas as representações até agora dirigidas ao novo governo a que mais fielmente interpreta os sentimentos do povo português.

"Excelência

Usando do direito conferido no n. 18 do art. 8.º da Constituição, vimos representar a V. Exa. o seguinte:

I — Somos democratas. Desejamos construir uma sociedade na qual cada homem possa exercer os direitos fundamentais de se reunir e associar com outros homens, de exprimir livremente o seu pensamento, de reclamar perante as autoridades, de não ser preso nem perseguido arbitrariamente, de votar e ser votado em eleições livres. Queremos construir uma sociedade na qual o bem-estar, a escola, a saúde e a consideração social não sejam reservadas só para uns poucos.

— Sempre temos lutado e continuaremos a lutar pela concretização destes nossos ideais.

II — O país está sobrecarregado com problemas de extraordinária gravidade que suscitam as maiores apreensões.

— Não nos cabe nisto a mais pequena responsabilidade pois todas as tentativas que fizemos para intervir na vida pública nestes últimos 40 anos, foram rechaçadas com violência e desprezo.

III — Chegamos a esta lamentável situação em consequência do prolongado exercício de um poder pessoal caracterizado por um monolitismo político e económico que tem paralizado a vida nacional.

— É evidente que o País necessita de transformações urgentes.

IV — Em plena situação de crise política e económica, que ano após ano se tem agravado, V. Exa. assumiu a chefia do Governo e proferiu o discurso de 27 de Setembro.

— Verificamos, através da interpretação literal desse discurso que V. Exa, no que respeita a reformas, não prometeu nada. Mas, de certas passagens dele, ficou o País com a impressão de que se iria iniciar uma nova fase da vida constitucional de tendência liberalizante.

Contudo, nem sequer os factos mais recentes e conhecidos da vida pública permitem registrar indícios de real liberalização. Na verdade, o aparato e acção repressivos continuaram patentes nas comemorações do 5 de Outubro em várias regiões do País. a censura sob todas as formas continua activa, e a Rádio Televisão Portuguesa e a Emissora Nacional prosseguem na sua acção sectária.

V — Apesar disso, lutaremos em defesa de todas as conquistas que o povo português possa fazer no caminho da liberdade, seja contra quem for que as pretenda anular. E continuaremos ainda a lutar, dia a dia, pelo estabelecimento da sociedade democrática.

VI — Disse V. Exa. no seu discurso que desejaria congregar todos os Portugueses através de uma reciproca tole-

(Continua na pág 6)

bro, no seu discurso de posse, será um homem do novo estilo, mas será sobretudo o continuador de Salazar.

Para que uma verdadeira democratização se opere no nosso país e para que as reivindicações políticas fundamentais do povo português sejam satisfeitas, é preciso alargar e reforçar na acção a unidade anti-fascista das massas populares e das forças democráticas contra a ditadura.

Marcello Caetano não cumprirá nunca as promessas demagógicas que tem feito única e exclusivamente com o objetivo de dividir as forças da oposição, de atrair e neutralizar as classes médias, de semear a passividade e a expectativa nas massas populares.

Com o desaparecimento de Salazar da cena política, o regime fascista ficou grandemente abalado.

Devemos opor às manobras do novo Governo que tenta semear ilusões e atrair a si os setores mais vacilantes da oposição, para se manter no poder, a acção unida das forças democráticas, lutando sem tréguas, com firmeza e com audácia.

A liberdade nunca poderá resultar da acção daqueles mesmos que a baniram da vida política portuguesa. A liberdade tem que ser conquistada.

Reforçar a unidade, ter confiança no povo, mobilizar as massas para novas e decididas batalhas, são tarefas imediatas do movimento democrático, que poderão abrir o caminho à instauração, num curto prazo de tempo, da democracia em Portugal.



## Nolas e comentários

### Desporto e eleições

Com a sua tradicional veia anedótica, o lisboeta já começa a chamar ao sr. Marcelo Caetano o homem que diz que faz mas não faz. Nas últimas semanas foram vários os fatos confirmativos dessa tendência do sucessor de Salazar para tomar decisões em contradição com projetos já aprovados ou com compromissos assumidos.

Primeiro, foi a anulação pura e simples da viagem às colónias. Durante dias sucessivos, em outubro, a imprensa fascista dedicou colunas de prosa à viagem de Caetano às "provincias ultramarinas", atribuindo um significado transcendente a essa visita, qualificada pela imprensa internacional de "ronda dos quartéis". Depois, no seu já famoso discurso de 27 de novembro, o próprio visitante deu o dito por não dito. Explicou que meditara muito e que a sua breve "visita de cortesia" a três "capitais de provincia" (leia-se colónias) ficara adiada "sine die". Explicação fornecida pelo próprio Caetano: "Entendi que não devia afastar-me daqui enquanto o dr. Salazar estivesse em perigo de vida".

No setor estudantil, o recuo foi uma verdadeira galopada para trás. Caetano prometeu, e a sua propaganda espalhou essas intenções pelas sete partidas do mundo, que a vida das Associações Académicas seria inteiramente normalizada. Essa garantia formal traduziu-se na pratica pela maior crise estudantil que o País conhece desde 1962: a negativa da participação dos estudantes na abertura do ano lectivo, o assalto à Associação Académica do IST, o encerramento daquela Faculdade e a greve geral da Universidade de Lisboa.

Por ultimo, temos a decisão, tomada também pelo próprio Marcelo Caetano, de cancelar a realização em Lisboa da chamada Universidade 69, que fora consentida por Salazar e que devia reunir na capital portuguesa estudantes de todo o mundo. A noticia parece ter transpirado antes de tempo e jornais estrangeiros comentaram o cancelamento dos Jogos com natural estranheza. O Ministerio da Educação Nacional veio então a publico com uma nota oficial que é um monumento de estupidez e duplicidade. Para conhecimento dos leitores vale a pena transcrever parte do introito: "Na revisão a que o Governo procedeu das acções prioritárias a desencadear pelo Departamento da Educação Nacional, conclui-se que o peso dos encargos pecuniários que a realização de tais jogos, com a participação de milhares de desportistas estrangeiros ia representar, não era suficientemente justificado pelo valor dos resultados que se poderiam atingir." A verdadeira, a unica razão do gesto governamental vem no fim da longa e confusa nota, condensada em três linhas: "Tomou-se ainda em consideração, o facto de a data das competições, previstas para agosto e setembro, coincidir com o pe-

riodo que antecede as eleições gerais a realizar no próximo ano".

O povo não necessitava de uma justificativa tão enrolada. Compreendeu logo que as autoridades fascistas temiam a presença no País de milhares de estudantes estrangeiros numa epoca em que receiam que os estudantes portugueses desempenhem um papel importante na campanha de esclarecimento que precederá o chamado "acto eleitoral". O espectro de uma irreprimível vaga de agitação estudantil, em plenas férias, com a participação de estrangeiros e com a cobertura de toda a imprensa mundial apavorou o sr. Caetano. Compreensivelmente.

### O Acto "Eleitoral" de 1969

Não alimentamos ilusões sobre os projectos governamentais relativos às eleições de 69. Marcelo Caetano, como bom discipulo, tudo fará para repetir as farsas eleitorais do mestre. Mas seria um grave erro subestimar a importancia do periodo eleitoral. De certo modo, o governo terá de suportar as consequências da manobra mistificadora por ele desencadeada. As "eleições" apresentam-se como uma etapa na vida pelo derrubamento do fascismo. Não se trata de fazer concessões ao adversário, na esperança mirífica de conquistar poleiros no galinheiro fascista. As tendências para o oportunismo devem pelo contrário ser combatidas com firmeza. Mas não se pode esquecer que o regime — como já aconteceu em situações semelhantes — será obrigado a permitir um simulacro de campanha, durante a qual a censura será atenuada e o diálogo com a Nação tornar-se-á mais facil. A menos de um ano de distância, as forças democráticas, superando divergencias ideológicas e programáticas, têm o dever de chegar rapidamente a um acordo que possibilite opor ao adversário uma frente unica alicerçada num sólido movimento unitário legal. As tristes experiencias do passado não podem ser esquecidas. A maior preocupação do fascismo é dividir as correntes, grupos, partidos e personalidades democráticas, transformando a Oposição num todo amorfo. Quando, em 1958, nas eleições presidenciais, a unidade se realizou em torno de um candidato e de uma plataforma unitários, o regime esteve prestes a desabar.

Unidos, venceremos. E só unidos poderemos colocar

#### RÁDIO VOZ DA LIBERDADE

Ouçã a emissora da Frente Patriótica de Libertação Nacional às quartas e sábados, a partir das 01,15 (hora de Portugal) em ondas curtas de 25, 31 e 49 metros e médias de 230 e 320 metros

UMA EMISSORA A SERVIÇO DO POVO PORTUGUÊS

Marcelo e seus comparsas na defensiva, exigindo desde já a revisão dos cadernos eleitorais, garantias de fiscalização das mesas, supressão dos dispositivos que impedem os exilados de serem candidatos, plena liberdade de imprensa e de propaganda, igual tratamento na utilização de edificios públicos para as sessões eleitorais. A farsa da concessão do voto à mulher é uma prova mais de que o governo não está disposto a realizar uma eleição normal. Segundo a legislação em vigor, o collegio eleitoral português continua sendo, em termos percentuais, o menor do mundo. Os analfabetos permanecem sem voto, salvo em casos excepcionais. Em Portugal representam 40% da população e nas colónias a taxa, entre a população africana, atinge os 99%. Em outras palavras, temos a legislação eleitoral mais anti-democrática em todo o mundo.

Há portanto muita coisa a fazer para desmascarar Caetano e seus acólitos fascistas. Todas as brechas devem ser aproveitadas. Uma a uma, todas as promessas demagógicas devem ser cobradas. É a altura de sindicatos, estudantes, casas do povo, intelectuais, funcionalismo despejarem sobre o governo do sr. Caetano uma chuva ininterrupta de reclamações.

### Os escritores e o regime

Em maio de 1965 o Governo fascista de Salazar, por intermédio de Galvão Teles, então Ministro da chamada Educação Nacional, praticava um dos actos que melhor evidenciam a sua política obscurantista: a dissolução da Sociedade Portuguesa de Escritores. A sede da Sociedade foi então assaltada pela P.I.D.E. e pelos Centuriões que, em manifestação típica das ordas fascistas, destruíram mobiliário e ficheiros. Razão do assalto: a atribuição do Prémio da Novela desse ano ao livro Luanda, da autoria de um patriota angolano, o escritor Luandino Vieira, prêsno no tristemente célebre Campo de Concentração do Tarrafal, em Cabo Verde, e condenado a 14 anos de prisão. Em consequência foram interrogados e prêsnos pela P.I.D.E. os membros do júri que atribuiu o prémio. Fernanda o telho, João Gaspar Simões, foram interrogados. Manuel da Fonseca, Augusto Abelaira, Alexandre Pinheiro Torres, foram prêsnos. Dos 600 membros da Sociedade, apesar das coações e ameaças que se seguiram, e que até surgiram à luz do dia através da imprensa salazarista, só três ou quatro pediram a demissão de sócios. A coragem demonstrada, a lição de civismo dada pela quase totalidade dos escritores portugueses mereceu, num comunicado da Comunidade Europeia de Escritores, assinado pelo secretário, Giancarlo Vigorelli, as seguintes palavras: "A nossa solidariedade para com os escritores portugueses é total e todos os escritores europeus devem tomar para si a extrema lição de coragem que eles deram ao mundo, desprezando Salazar, que está massacrando Angola, e conferindo um prémio literário a um escritor angolano encarcerado".

Desaparecido Salazar da cena política, e tomando o leme do barco fascista o mais eminente teórico do corporativis-

mo, logo nasceram, em certos sectores da Oposição Liberal, esperanças numa lenta mas progressiva liberalização do regime. Marcelo Caetano seria um "fascista de esquerda" — chegou-se a este prodígio de imaginação... A acentuar esta convicção de alguns sectores liberais da Oposição começaram alguns jornais publicando artigos, e mesmo editoriais, que teriam sido impedidos de sair à luz do dia com Salazar na chefia do Governo. Certas reivindicações começaram também a vir à luz do dia, e entre elas um recurso interposto por vários membros da extinta Sociedade Portuguesa de Escritores contra o despacho que em maio de 1965 determinou a sua extinção.

## Democratas Portugueses do Brasil denunciam traição

A imprensa brasileira publicou com grande relevo o comunicado que a Comissão Executiva da Unidade Democrática Portuguesa distribuiu no dia 2 de Dezembro para denunciar a politica de traição nacional que vem sendo praticada pelo novo governo português. O documento é do seguinte teor:

1. Ante a campanha de mistificação internacional desencadeada pelo novo Governo da ditadura portuguesa, campanha que, em relação ao Brasil, acaba de assumir uma feição especial com a vinda de uma embaixada extraordinária, integrada por vários ministros de Estado, a Unidade Democrática Portuguesa sente-se no dever de alertar a opinião pública para os seguintes pontos:

2. As vagas promessas de "liberalização" contidas no discurso de posse do sr. Marcelo Caetano não tiveram concretização. As notícias recebidas de Lisboa e as posições assumidas no plano internacional mostram, pelo contrário, um endurecimento da politica do fascismo português.

3. Durante o mês de novembro findo, a Assembléa Geral das Nações Unidas aprovou por esmagadora maioria duas Resoluções condenando a politica de discriminação racial do governo português, as constantes violações de fronteiras praticadas pelas tropas portuguesas em Africa, e aprovando a extensão a Portugal das sanções já aplicadas ao governo ilegal e racista da Rodésia. Finalmente, no dia 29 de Novembro, por 85 votos contra 3, a Assembléa dirigiu nova advertência ao governo do sr. Marcelo Caetano para que "não demore" a conceder a independência a Angola, Moçambique e Guiné-Bissau. Reiterando o seu apoio a todas as nações-membros para que não concedam a Portugal qualquer ajuda que lhe permita a continuação da guerra colonial, a Assembléa chamou ainda a atenção do Conselho de Segurança "Sobre a séria situação existente nos territórios dominados por Portugal", apontando-a como ameaça à Paz Mundial.

4. Respondendo às acusações feitas contra a politica do seu governo, o representante de Portugal na ONU reiterou arrogantemente os princípios fundamentais do colonialismo português. Por sua vez, o atual chefe do Governo, sr. Marcelo Caetano, em discurso pronunciado a 27 de Novembro, ultrapassou tudo o que Salazar fizera no género, insinuando que a guerra colonial da Guiné — militarmente perdida para Portugal — deve ser convertida numa guerra da OTAN. O convite indireto

Também o escritor Urbano Tavares Rodrigues, em artigo recente do jornal "A República", pede a reabertura da Sociedade Portuguesa de Escritores.

Mas o Supremo Tribunal Administrativo de Lisboa negou provimento ao recurso interposto pelos escritores portugueses. A Censura continua a existir.

O novo-velho Governo chefiado por Marcelo Caetano continua de uma maneira apenas mais hábil o velho-novo Governo chefiado por Salazar até a data do seu desaparecimento da cena política. Não nos esqueçamos que mesmo a chamada liberalização do regime não é afinal mais do que "a liberação do regime".

para que Cabo Verde seja transformada em base de agressão contra os patriotas que na Guiné se batem pela independência, surge no momento em que a visita a Lisboa do sr. Dean Rusk é relacionada por muitos órgãos da imprensa internacional — e até por jornais portugueses — com uma possível transferência para Portugal das bases militares dos Estados Unidos em Espanha.

5. As prisões portuguesas continuam cheias de prêsnos políticos que já cumpriram as penas em que foram condenados. Mas o ministro do Interior do sr. Marcelo Caetano, em vez de forçar a PIDE a cumprir a lei, visita a sede daquela Polícia e responde aos apelos em prol de uma Anistia Geral condecorando com o grande oficialato da Ordem do Infante o diretor, major Silva Pais, exaltando "os serviços prestados à Pátria" por aquela corporação de criminosos. Paralelamente, o rigor da censura acentuou-se e existe já a certeza de que a sua substituição eventual por uma lei de imprensa redigida em moldes fascistas reduziria ainda mais o diálogo com a Nação, como aconteceu na Espanha de Franco.

6. Contrariando o que certas notícias tendenciosas vindas a público podem levar a crer, o povo português não se deixou iludir pelas promessas não cumpridas do sr. Caetano. Os seus setores mais combativos intensificam diariamente a luta contra o Estado militar — fascista (200.000 homens nas fileiras em 9.000.000 de habitantes). Quatro mil estudantes boicotaram no dia 20 de Novembro a abertura oficial do ano lectivo na Universidade de Lisboa, deixando os ministros e o reitor discursando para um imenso anfiteatro vazio. Dias depois, três mil estudantes reuniram-se na Faculdade de Arquitectura, desafiando a PIDE, e proclamavam a sua determinação de lutar pelos seus direitos. Simultaneamente, os operários e os camponeses, em todo o País, intensificam as suas lutas reivindicativas e os seus protestos contra a politica de traição nacional do governo do sr. Caetano. O povo português tem consciência de que o Salazarismo sem Salazar é uma realidade. E, rejeitando-o, bate-se contra ele em todas as frentes.

São Paulo, 2 de Dezembro de 1968.

A Comissão Executiva da Unidade Democrática Portuguesa  
Alexandre Pereira, Augusto Aragão, Francisco Vidal, Joaquim Barradas de Carvalho, Manuel Moura, Miguel Urbano Rodrigues e Vítor Ramos



# ALUTA ESTUDANTIL

(Continuação da 1.ª pág.)

de Estudantes de Lisboa conseguiram reunir na Cantina da Cidade Universitária mais de 4.000 alunos de cursos superiores. E foi realizada ali a abertura da Universidade, que durou cinco horas de canções, hinos, poemas de protesto e, por fim, a sessão de abertura,

## Uma Universidade dividida

A última grande crise declarada da Universidade portuguesa fôra em 1962 e findou sob violenta repressão. A Cantina foi cercada pela Polícia de Choque, capitaneada pela PIDE, houve espancamentos e prisões em massa. Seis anos depois, não restam actualmente no meio universitário quaisquer participantes daquele movimento: ou foram expulsos e afastados do convívio universitário ou já concluíram o curso. Daí revestir-se a actual luta de um importante papel, não só no meio estudantil, mas também na vida política portuguesa. Nova geração de líderes surge agora, demonstrando maturidade e consciência nas posições que assumem. Esses líderes reivindicam: 1) revogação que permita o afastamento de direcções democraticamente eleitas; 2) legalização de todas as Comissões Pró-Associativas, e criação de condições para a existência de AAEE onde ainda não as houver; 3) legalização dos órgãos federativos; 4) revogação de toda a legislação anti-associativa e anti-estudantil; 5) amnistia para os estudantes presos, abertura de um inquérito sobre as condições da morte do estudante Daniel de Souza Teixeira; 6) participação dos estudantes democraticamente eleitos no governo da Universidade; 7) participação de estudantes eleitos na gestão dos serviços criados pelo governo; 8) presença das AAEE em todas as questões e instâncias onde se decida da vida da Universidade.

Consideram os estudantes que só pela efectivação dessas reivindicações a Universidade deixará de ser dívida. Por enquanto, consideram-se marginalizados, mal-informados e oprimidos por um regime de excepção que existe há quarenta e dois anos. Tal posição é polémica, pois uma autonomia universitária contradiz as estruturas vigentes.

### A NOVA ABERTURA

Negada a presença do representante estudantil na sessão solene de abertura do ano lectivo, sob a alegação do Ministro da Educação de que a Universidade estava a transformar-se num "foco latente de agitação", as AAEE, com antecedência de três dias, passaram a organizar uma outra abertura da Universidade. Diariamente, pequenos grupos, em comícios-relâmpagos, no interior das instalações de convívio, avisavam o dia e a hora da contestação. Seria em simultaneidade com a sessão oficial. E no dia 20, desde cedo, as equipas agiam: vários grupos, distinguidos por braçadeiras de cores vermelha, verde e amarela, davam ordem ao movimento.

onde falaram aproximadamente quinze oradores. Enquanto isso, a 100 metros desse local, na Reitoria, o mundo oficial assistia às solenidades de inauguração do novo ano lectivo na Universidade de Lisboa. Para essa reunião foi rejeitada a representação do corpo discente, o que originou a revolta dos universitários.

Começaram por quebrar a divisão imposta, ao convidar os alunos da Universidade Técnica — que não têm acesso aos locais de convívio da Universidade Clássica — para um almoço de confraternização e participação na Assembléia. Em vários locais, grupos diversos fixavam cartazes, dispunham móveis, davam instruções.

### FADOS, POEMAS E DISCURSOS

Após o almoço até a hora marcada para o início dos trabalhos, ouviram-se canções (em geral paródias de protesto) e poemas de combate. A seguir, foi pedido silêncio e a sessão começou, com acusações ao governo e reivindicações da classe. Presentes dois professores: Francisco Pereira de Moura e Souza Dias. O primeiro, catedrático de Economia, lembrou no seu discurso que "sempre me pareceu bizarro pretender-se uma neutralidade da Universidade que signifique não se poder, dentro da Universidade, discutir doutrinas, discutir política como às vezes se diz, tomar conhecimento das realidades e das diferentes posições políticas e dos diversos caminhos de solução..."

Dentre os estudantes, Arnaldo de Matos, um dos líderes mais destacados, disse: "Existe neste país amorfo, um conjunto heterogêneo de edifícios espalhados por Lisboa, Porto e Coimbra, a que se convencionou chamar de Universidade Portuguesa... Nessa Universidade tecem-se neste momento os elogios requeridos e os votos de uma vida calma, pacífica e beatificamente ruminante. Poderia pensar-se que a Universidade está dividida porque se faz aqui a Abertura da Universidade e porque, ali a cem metros, se faz a Contra-Abertura... A Universidade está dividida porque se separou miseravelmente da Nação, e sendo uma Universidade portuguesa deixou, há muito, de ser dos portugueses".

Duarte Teives proclamou: "No dia de uma Universidade dividida e posta ao serviço de minorias de classe, proclamamos uma Universidade aberta a toda a Nação".

De Coimbra, a certa altura, chegou a informação de que houvera uma sessão de abertura do ano lectivo na Sala dos Capelos, onde 1.000 estudantes com cartazes gritaram "Eleições já!" E mais: quando o Reitor iniciou o tradicional discurso, os estudantes se retiraram para discutir o que é que deve ser uma Universidade.

### AS ARMAS! AS ARMAS!

Do meio da Assembléia, alguém sugeriu uma passeata

até o prédio da Reitoria. A proposta foi discutida, foi pedida a opinião dos professores sobre ela e finalmente votada e aprovada. Meia hora mais tarde, os estudantes saíram à rua. Em filas de vinte, de braços dados, seguindo a bandeira nacional e empunhando cartazes, os universitários percorreram em silêncio os cem metros que ligavam os dois edifícios e fizeram cêreo compacto à Reitoria. Quando o último dos togados saía, de repente iniciou-se um cântico em uníssono: "às armas! às armas. Pela pátria, lutar".

O hino nacional quebrava, belicoso, um silêncio de seis anos.

## O encerramento do Técnico

As consequências da "revolta" do dia 20 de novembro descrita na reportagem que publicamos não tardaram a manifestar-se. Em vez de adotar uma atitude conciliatória — como esperavam muitos democratas ingênuos — o governo de Marcelo Caetano procurou um pretexto para oferecer aos estudantes uma demonstração da sua força. O Instituto Superior Técnico foi "o bode expiatório". No dia 8 de dezembro, um domingo, o ministro da Educação, o fascista Hermano Saraiva, determinou o encerramento da tradicional Faculdade, procurando justificar o seu ato de prepotência com uma nota que os jornais publicaram na íntegra. Nesse documento obscurantista, o ministro, ignorando os problemas fundamentais, amontoava distantes sobre uma pretensa "revolução sexual" e sobre a luta dos estudantes contra "as instituições familiares e o casamento legal".

Após ter invadido a Associação do IST, a Polícia, coadjuvada pela PIDE, apoderou-se do arquivo e deteve numerosos estudantes que só foram libertados depois de submetidos a prolongados interrogatórios.

Os estudantes reagiram imediatamente. No dia seguinte, cerca de 2.000 concentraram-se em frente do edifício da reitoria da Cidade Universitária, a fim de protestar contra o encerramento do IST e contra a ocupação policial das instalações da Associação Académica. Posteriormente, realizou-se uma assembléia na própria Cidade Universitária. Após o debate o plenário decidiu nomear uma comissão encarregada de exigir do Governo a reabertura imediata do Instituto Superior Técnico. A aprovação da proposta resultou do reconhecimento de que era necessário desmascarar tanto o ministro da Educação como Marcelo Caetano, demonstrando aos estudantes menos esclarecidos a política de "liberalização" da Universidade e das AAEE não passa de uma manobra demagógica e mistificadora. A Assembléia decretou também luto académico e decidiu que as aulas em todas as Faculdades e Institutos da Universidade de Lisboa seriam substituídas por debates com os professores a respeito dos acontecimentos. Numa atitude de nítida provocação, o chefe de gabinete do próprio Marcelo Caetano assistiu à

assembléia, mas os estudantes ignoraram a sua presença. Aliás, a reunião decorreu na mais absoluta calma, apesar de policiais armados com metralhadoras terem ocupado o refeitório da Universidade minutos antes, numa tentativa de provocar um incidente de consequências imprevisíveis.

Como era de esperar, o Governo decidiu endurecer, não dando qualquer satisfação aos estudantes do Técnico. No dia 11 reuniu-se nova Assembléia que, ante a conduta governamental, tomou a decisão de prorrogar o boicote às aulas. Entretanto, para tirar ao adversário todos os argumentos foi decidido que as gestões junto do Ministério e da chamada Presidência do Con-

selho prosseguiriam normalmente.

É significativo que mais de 90 por cento dos estudantes cumpriram as determinações da assembléia. Praticamente só na Faculdade de Direito houve número de alunos suficiente para o funcionamento dos cursos.

De um modo geral foi bastante mal recebida entre os estudantes a iniciativa de um grupo de professores cuja oferta de mediação envolvia uma visão totalmente superada dos problemas com que se defronta a Universidade em Portugal. Lamentavelmente desse grupo faziam parte duas figuras democráticas de indiscutível prestígio, os professores Lindley Cintra e Jacinto do Prado Coelho.

## "Um passo em frente dois passos em frente"

Antes, durante e após os acontecimentos que levaram à greve geral, as Associações de Estudantes procuraram sempre manter a opinião pública informada do significado da sua luta e rebater a onda de mentiras divulgadas pela propaganda fascista através da imprensa. Não podendo recorrer a esta, por causa da censura, as AAEE editaram dezenas de boletins e prospectos que foram amplamente distribuídos em Lisboa e na Província, principalmente em Coimbra e no Porto. Na impossibilidade de publicarmos todo esse material de informação, transcrevemos abaixo, na íntegra, um desses expressivos documentos, intitulado "Um passo em frente, dois passos em frente".

"No passado dia 20, souberam os estudantes de Lisboa mostrar claramente o seu inteiro apoio aos que seguem no caminho certo. E porque, nesse dia, a arbitrariedade das Autoridades Académicas teimasse levar avante, embora com a muita indecisão que é qualidade dos poucos firmes, uma acção que nada dignificava a Universidade, os estudantes e alguns professores uniram-se para realizar a autêntica Abertura da Universidade e protestar contra os que assim não cumpriam.

O que esse acto foi não ignoram nem esquecerão os estudantes — e eram 4.000 — que ali acorreram.

Também não deixaram de ter em conta esse acontecimento aqueles que, não sendo da Universidade, constantemente chamam a si, e às funções que aceitam e executam, "o pesado encargo da inexorável garantia da ordem" (discurso do Ministro do Interior, Dr. Gonçalves Rapazote, na sua visita à sede da P.I.D.E.). Consideram esses que, sendo embora ocasião propícia de o Poder se revelar "compreensivo para uma outra juventude, a juventude das associações académicas cujas audácias também são capazes de a conduzir ao erro (idem), não menos deve o Poder omitir agora que "a essa juventude tem de pedir que não esqueça as suas responsabilidades dele ministro, agradecendo-lhe que não pise desvairada os terrenos da subversão" (idem).

As Associações de Estudantes não podem deixar de expressar a sua estranheza perante o facto de se verem por este modo nomeadas na retórica injusta e abusiva de uma personalidade governamental que, pela via da completa normalidade de funcionamento das instituições, em nada deveria interferir na vida da Universidade. Igualmente chamam a atenção para o facto de em imprensa diá-

ria de quinta ordem se estar a praticar uma campanha de calúnias que afirmam ser os estudantes "manobrados" por "agitadores a soldo de Pequim e de Moscovo".

Como, até à data, as únicas intromissões visíveis de elementos estranhos à normalidade universitária, para além do impedimento a que um estudante discursasse em nome do corpo discente na sessão solene de Abertura, foram as ameaças sem fundamento do Ministro do Interior — e quanto ao Senhor Ministro dúvidas não restam de que não actua às ordens das citadas capitais estrangeiras —, o pouco acerto dessas opiniões extremistas, oriundas de círculos marginais da vida política, torna-se patente e nada mais há a esclarecer.

Os estudantes não escondem a sua participação e a sua confiança máxima nas Associações de Estudantes. Estão com elas porque, tendo escolhido bem, e com a liberdade que sempre é necessária à verdadeira escolha, reconheceram que as AAEE estavam com eles.

Não podem, porém, os estudantes alinhar no caminho daqueles que os tentam excluir da Universidade e também no caminho daqueles outros que, sabendo a enorme força do movimento estudantil, o ameaçam antecipadamente. Aos que tentam dividir e aos que pretendem atemorizar, sirva a lição do dia 20 de Novembro e o espectáculo da nossa unidade.

E que o Senhor Reitor da Universidade Clássica e o Senhor Ministro da Educação Nacional considerem, com a serenidade recomendável à elevada posição dos seus cargos, a firmeza, a dignidade e o comportamento exemplar dos estudantes que estiveram em frente da Reitoria. Porque foi a eles e a um Movimento hoje capaz de ser magnânimo, até com os seus mais injustos adversários, que as Autoridades Académicas haviam anteriormente vedado o acesso à Sessão Solene.

Sendo assim, e porque nunca foi propósito dos estudantes cindir a Universidade ou consentir no prolongamento da sua divisão, acham as Associações de Estudantes que é seu dever evitar a todo o custo que na Universidade permaneça — por decisão de alguns — a separação rígida entre uma Universidade docente e uma Universidade discente.

Para tal, e também porque se tem vindo a anunciar transformações várias na vida do País — inclusivamente o Conselho de Ministros já se ocupou da Reforma do Ensino Superior —, as Associações de Estudantes resolveram ser este o momento oportuno para mandar os seus representantes junto das Autoridades.

Sendo que muitas questões relativas à modificação da Universidade permanecem ainda no vago, não querem as AAEE alhear-se do contributo que lhes cabe dar no sentido da clarificação da

(Cont. na página seguinte)



# Manifestações em Coimbra

COIMBRA (Do Correspondente) — Na segunda-feira, 25 de novembro, a celebrar o dia da Tomada da Bastilha, desenrolou-se pelas ruas de Coimbra uma manifestação de 7.000 estudantes. Entre os sete mil manifestantes havia algumas centenas de estudantes de Lisboa e do Porto. As Associações de Estudantes de Lisboa haviam alugado autocarros para se deslocarem a Coimbra. Na véspera à tarde as empresas de camionagem comunicaram às Associações de Estudantes a impossibilidade de cumprirem o contrato pois o Governo as proibira de levar os estudantes de Lisboa a Coimbra. Perante esta medida os estudantes de Lisboa tomaram de assalto os comboios que se dirigiam a Coimbra. Esgotados os bilhetes de comboio, dezenas de automóveis particulares se dirigiram repletos de estudantes a caminho de Coimbra. Em Coimbra, numa Assembléia Geral, foi decidido que uma Comissão de Estudantes, três de Lisboa, três de Coimbra, e três do Porto, pediria audiência ao Presidente do Conselho de Ministros, para solicitar a anistia dos estudantes e professores afastados, o fim das Comissões Administrativas das Faculdades de Coimbra e da Faculdade de Ciências de Lisboa, a representação dos estudantes no Senado Universitário e noutros organismos universitários. Depois da Assembléia, 7.000 estudantes desfilarão em silêncio pelas ruas centrais de Coimbra: Ferreira Borges, Largo da Portagem, Praça da República, tendo a manifestação início e fim na Porta de Ferro junto à Reitoria. O cortejo levava a passar cerca de meia hora. Na parte final, na passagem pela Cantina Universitária, a manifestação em silêncio terminou, para dar lugar a um câro de 7.000 vezes em que se ouvia: "eleições já", "fora as Comissões Administrativas", "Liberdade, Democracia, Anistia", "Abaixo o Fascismo" . . . Milhares de pessoas, apinhando os passeios das ruas centrais de Coimbra, assistiam e manifestavam a sua simpatia pelos sete mil estudantes que representavam nessa marcha os anseios da Juventude e do Povo de Portugal.

Universidade portuguesa retome o seu lugar como órgão dinamizador da vida nacional, de molde a fazer entrar o País na comunidade das nações desenvolvidas e livres. Algumas das críticas apresentadas no manifesto: 1) "O ensino em Portugal vive divorciado dos graves problemas nacionais, vive fechado para a realidade viva deste século de conquistas técnicas, humanas e científicas. . ."; 2) "A Universidade Portuguesa conserva as suas portas encerradas à grande massa da população, frequente-a quem pode e não quem deve. . ."; 3) "O País não recebe das suas escolas, nem em quantidade nem em qualidade, o pessoal qualificado de que necessita para vencer o subdesenvolvimento. . ."; 4) "Quando comparadas com os grandes centros estudantis estrangeiros as nossas organizações escolares oferecem uma visão lamentável e confrangedora. Escassez de pessoal docente, superlotação de instalações, falta do material didático e laboratorial mais elementar, debilidade da investigação e da criação intelectual livre em todos os campos, métodos pedagógicos caducos e contraproducentes, programas obsoletos, sistemas de avaliação dos conhecimentos, ultrapassados e injustos, tudo isto existe em demasia nas escolas em que estudamos. Tudo isto é extremamente funesto para a nossa formação, tudo isto se conjuga para que o ensino seja incapaz de cumprir a função social de que está investido perante a Nação".



A imagem mostra os estudantes da Universidade de Lisboa durante o desfile realizado em direcção ao edifício da Reitoria, a 20 de Novembro, após a reunião de confraternização na Cantina

actual Universidade Portuguesa. Pretendem, por este modo, e firmadas num sentimento de franca cooperação, que não gostariam de ver outra vez reprimido, encontrar a forma mais correcta para fazer ouvir a sua posição.

A ponderação que até aqui houve por parte das AAEE não se deverão certamente opôr, outra vez, gestos abusivos de Autoridades Universitárias que, transformando o recelo pessoal em linha de atuação face aos estudantes, quase chegaram a comprometer tudo quanto outros, mais respon-

sáveis que elas na hierarquia do Poder, têm vindo a propôr e a promover.

Em Coimbra, no próximo dia 25, os estudantes das três Academias, reunidos em jornada de unidade nacional, vão apresentar a Carta das questões urgentes da Universidade e das Associações de Estudantes.

Escolherão, ainda, representantes do seu Movimento, para que assim possam abordar as Autoridades e com elas debater os pontos assentes na reunião de Coimbra. Este encontro reverte-se, portanto, da máxima importância

para todos os estudantes portugueses.

O muito que se ganhou em Lisboa no dia 20 foi a primeira etapa do muito que temos para ganhar. Sejamos capazes de prosseguir, com confiança, porque no Movimento dos Estudantes a audácia serena do seu caminhar é a certeza da sua vitória final.

Caminhemos, sim, com aquela coragem que é de todos os estudantes unidos na continuação do seu combate — um passo em frente, dois passos em frente!"

As Associações de Estudantes de Lisboa

## O Desmascaramento do Governo

Publicamos a seguir algumas breves passagens do outro documento, não menos importante, em que as AAEE respondem ao governo após o assalto e a ocupação do IST e pulverizam as acusações do fascista Hermano Saraiva:

"Cerca das 2 horas da madrugada do dia oito de Dezembro, dezenas de agentes da PIDE, acompanhados de elementos da PSP em uniforme de choque, invadiram e ocuparam a Universidade de Lisboa.

Nessa hora, foi a Associação de Estudantes do IST inesperadamente assaltada, sendo os estudantes que nela se encontravam sujeitos a uma identificação e a um tratamento humilhantes. Um dispositivo policial encerrou os estudantes no recinto da Cantina, procedeu à sua identificação e fotografou-os em grupos de dez. Entretanto, outros agentes procediam a um meticuloso e completo saque dos bens da Associação, que foram colocados em várias camionetas. Finda esta operação, e entre alguns insultos e ameaças, a PIDE ordenou que os estudantes evacuassem, um a um, o local.

O edifício continua ocupado e cercado por uma rede policial.

Tão graves acontecimentos foram presentes à Nação na forma de uma nota oficiosa do Ministério da Educação Nacional, que veio confirmar e executar as violentas ameaças expostas em anterior comunicado ao País (6 de Dezembro).

Indignam-se as Associações de Estudantes perante o facto verdadeiramente inédito de verem o MEN actuar pelas mãos da PIDE e da PSP e de vir publicamente louvar-se dessa actuação.

Indignam-se as Associações de Estudantes por verem um Ministério, que é o da Educação, pretender caução nacional para a acção de uma Polícia, que é do Ministério do Interior, utilizando a confusão e a mentira, para ludibriar a opinião pública.

Indignam-se as Associações de Estudantes porque a cordura e a tolerância apregoadas na nota de 6 de Dezembro se tenham, em tão breve prazo, transformado na prática discrecional da violência policial.

Indignam-se as Associações de Estudantes que, quem tão recentemente pôde falar em "violência estudantil", venha agora servir, e contra os estudantes, propósitos da mais inconstitucional violência.

Porque há confusão, e porque há mentira na nota que o MEN distribuiu ao País, às AAEE cabe, neste momento, que é tão grave para elas quanto para a Nação, debelar a confusão e denunciar a mentira.

Tenta o Ministério fazer crer, na sua nota, que um plano conspirativo, e preparado por alguns agitadores inlocalizáveis, está a ser executado pelas AAEE da Universidade Técnica.

Incapaz de produzir melhor prova, ensala uma montagem de factos que concede algumas luzes de verosimilhança a esse rigor imaginário. Tal montagem, escamoteia, ignora, e inventa."

(...) Os acontecimentos em si bastam para tornar contraditórias certas declarações, que, por isso mesmo passam a assumir agora a natureza de um equívoco. Não deixa de ser revelador de uma estranha dubieza que, numa nota oficiosa, onde a calúnia anda paredes meias com a mais desenfreada repressão, se afirma que "as autoridades académicas têm acompanhado atentamente o desenvolvimento deste plano de actividades e sua intervenção não se tornou necessário porque têm verificado que a grande maioria dos estudantes não se tem deixado arrastar por estas manobras".

Na verdade, não se compreende que para punir uma direcção como a da AEIST, a qual, segundo Sua Excelência, se encontra divorciada dos problemas estudantis e "apenas procura impedir" a solução desses problemas, se vá ao ponto de prejudicar todos os estudantes, privando-os de aulas e degradando e encerrando a sua associação! Repudiam também, indignadamente, as AAEE a acusação de que, por meio de um sinistro plano de agitação, pretendessem que as eleições da AEFCL "fossem uma vez mais proibidas". Não podem, contudo, deixar de declarar que essa proibição, a ter-se dado, apenas poderia provir de uma daquelas confusões impossíveis num "homem corvan", mas às quais o MEN se revela singularmente atrevido.

Terminamos sublinhando que não foi uso copiar "servilmente", ou não, certas experiências estrangeiras, se há muito vimos salientando a nossa oposição a um certo irrealismo contestativo que não interessa de nenhuma forma aos estudantes de Portugal. Interrogamo-nos contudo, acerca da

razão pela qual "a linha de tolerância e serenidade que nenhuma provocação conseguirá transviar", foi tão cruelmente desmentida, quando do encerramento do IST, a pedido do seu Diretor, com voto de confiança do Conselho Escolar, e definitivamente dela ceada quando, nos despachos do MEN, se suspenderam os dirigentes e as atividades da AEIST.

Constata-se as AAEE que a nota oficiosa nenhuma referência faz aos comunicados federativos nem à abertura da Universidade na Cantina, nem ao processo reivindicativo da mesma, nem ao Plenário de 6 de Dezembro, nem à Cantina de Económicas, nem aos problemas da Faculdade de Medicina.

Sabem as AAEE que o Governo dispõe de poderosos meios, dos quais salientam pela sua importância, o monopólio da informação. Fomos cruelmente e injustamente atacados. Por isso exigimos que este nosso comunicado seja publicado na imprensa e lido na Rádio e TV. Sem o que "a paz, a harmonia e a lealdade de relações", de que fala o Sr. Ministro, jamais poderão reinar entre todos os portugueses.

Julgam as AAEE que estas victórias do Movimento Estudantil sairiam gravemente comprometidas se, nesta hora, se não prestasse uma integral solidariedade à Direcção da AEIST.

Assim, convocam todos os estudantes de Lisboa para que compareçam em Reunião Plenária a realizar hoje, dia 9, pelas 12 h. na Cidade Universitária em frente da Reitoria, afim de transformar em acto a expressão dessa sua completa solidariedade."

### OUÇA A RÁDIO PORTUGAL LIVRE

Diariamente das 8 às 8,30 em 50 metros; das 20 às 20,30 e das 22,13 às 22,43 em 32 metros; e das 0,30 às 0,50 em 36,40 e 43 metros. Aos domingos das 13 às 13,30 em 19,20 25 e 26 metros.

### UMA EMISSORA A SERVICO DO POVO PORTUGUÊS

## "Portugal Democrático"

A partir deste número, os nossos serviços de Redação e Administração acham-se instalados na nossa nova sede, à R. Libero Badaró, 488, 5.º Andar, S/50. Toda a correspondência deve ser endereçada para esse endereço ou para a nossa Caixa Postal 6248. Os pesados encargos decorrentes de mudança de sede levamos a dirigir um premente apelo aos nossos amigos e assinantes de quem, uma vez mais, depende a sobrevivência desta tribuna anti-fascista.

## Natal do Prêso Político

	Ncr\$
Transporte . . . . .	155,00
Francisco Vidal . . . . .	10,00
J. Barradas de Carvalho . . . . .	10,00
Joaquim Quitério . . . . .	10,00
Alfredo Masson . . . . .	10,00
Abílio R. da Silva . . . . .	10,00
A Transportar . . . . .	205,00

## No Porto

PORTO (Do Correspondente) — Em manifesto, um grupo de estudantes do Porto expõe perante o País, depois de crítica à estrutura e ao funcionamento da Universidade em Portugal, as medidas que julgam necessárias para que a



# Pela amnistia e contra a repressão

## Apelo da F. P. L. N.

A Junta Revolucionária Portuguesa, órgão da F.P.L.N., divulgou um apelo à opinião pública internacional que, pela importância de que se reveste no momento presente, transcrevemos a seguir na íntegra:

"O momento atual é particularmente favorável a uma ação vitoriosa do movimento nacional e internacional de solidariedade aos presos políticos. O aguçamento da crise do fascismo e o desenvolvimento da ação democrática do povo português, após o desaparecimento político de Salazar, permitem encarar, no imediato, a perspectiva duma anistia em larga escala aos presos políticos, capaz de abrir as portas das prisões a um grande número de homens e mulheres presos há cinco, dez e quinze anos.

Seria uma grande vitória sobre a violência fascista em Portugal e um caminho aberto ao sucesso da luta pela liberdade, pela democracia, pelo respeito aos direitos humanos, luta que já custou tantas vidas e sofrimentos ao povo e às forças progressistas de Portugal.

A F.P.L.N. dirige-se a todas as organizações e personalidades democráticas, e à opinião internacional, pedindo uma ação enérgica e imediata, através de todas as formas de protesto coletivo e individual:

- Enviando milhares de mensagens ao Presidente do Conselho do Governo português, Marcelo Caetano.
- Divulgando essas mensagens e outras declarações e artigos nos órgãos de informação.
- Pedindo a intervenção de delegações de personalidades e organizações democráticas de diferentes países junto do chefe do governo Marcelo Caetano ou das embaixadas portuguesas.

Por todos os meios, uma ação maciça e urgente reclamando uma anistia geral e a libertação imediata de todos os presos políticos portugueses".

"Portugal Democrático" não pode faltar com o seu apoio a esta iniciativa, que se refere a uma reivindicação básica insistentemente defendida em suas colunas. Endossamos irrestritamente o apelo da F.P.L.N. instando todos os nossos leitores e amigos a que, individual ou coletivamente, participem da ação proposta, enviando mensagens de protesto e tomando iniciativas nesse sentido que alcancem o maior número possível de pessoas.

## Os julgamentos continuam

No tribunal da Boa Hora foi iniciado o julgamento de mais quatro pessoas acusadas de exercerem atividades políticas. Os acusados são Aníbal Queiroga Pires, diretor da "Democracia do Sul", de Évora, António Norberto de Souza Gunha, de Faro, Domingos Joaquim Amaro Viegas, de Olhão, e Joaquim Inácio Calhau Piteira Campos.

No Tribunal Plenário do Porto, sob a mesma acusação, estão sendo submetidos a "julgamento" Nuno Pereira Rebelho, Mário António Pedrosa da Mota, empregado de Seguros; Dúlla Pereira

Maia, estudante; Elvira Magnífica Guimarães Correia Fintoná, empregada de escritório; José Ribeiro Lamego, mecânico de telefones; Romeu José Rodrigues, empregado de escritório; Fernando Rosa Simões, contabilista; Manuel José Oliveira da Silva, empregado comercial e António Mendes dos Santos, estudante.

## Protesto de portugueses do Canadá

Democratas portugueses residentes no Canadá, organizados na Portuguese Canadian Democratic Association, de Toronto, enviaram mensagens a Marcelo Caetano e ao Ministro da Justiça protestando contra as condições em que são mantidos diversos presos políticos que se encontram gravemente enfermos e reclamando a imediata libertação dos mesmos. Entre os presos doentes, cujos nomes constam nas mensagens, incluem-se Joaquim Pires Jorge, Afonso Gregório, Dias Lourenço, Rogério de Carvalho, Manuel Serra, José Bernardino, Américo de Souza, Carlos Costa e Lígia Calapez.

## Ainda o estudante assassinado

Impõe-se um inquérito às condições em que morreu o jovem estudante Joaquim Campos de Souza Teixeira, acusado pela PIDE de cooperar com o grupo armado da LUAR chefiado por Inácio Palma e capturado do dia 20 de agosto na região de Torre de Moncorvo. A PIDE diz que Souza Teixeira faleceu em consequência de uma crise aguda de asma. No entanto ele foi entregue moribundo, ou já morto, no Hospital de S. José, após vários dias de permanência na prisão de Caxias, durante os quais foi cruelmente torturado, com espancamentos e privação do sono.

O sucessor de Salazar tem, em más este crime da PIDE, uma oportunidade para dar provas concretas do seu espírito "liberal", ordenando um inquérito rigoroso às condições da morte do estudante Joaquim de Souza Teixeira. Exijamos por todos os meios a abertura desse inquérito.

## Apreensão de livro

A PIDE parece ter apostado em desmentir, o mais rápido possível,

a "liberalização" do regime que o seu chefe hierárquico, o sr. Marcelo Caetano, mandou espalhar aos quatro ventos para "americano e inglês verem". No dia 8 de Outubro, numa tipografia da cidade do Porto, a PIDE apreendeu 3.000 exemplares do livro intitulado *Notas sobre o Processo Criminal*, da autoria do advogado Francisco Salgado Zenha.

Sob Marcelo Caetano, tal como sob Salazar, é a PIDE que decide o que os portugueses podem ler. O estudo do Dr. Francisco Salgado Zenha, denunciava os amplos poderes da PIDE e os inúmeros e ilegais abusos que a mesma comete. Desafiámos o professor de direito Marcelo Caetano a dar provas do seu "liberalismo" e mande restituir ao seu autor e ao público a obra apreendida pelo bando que o mantém no poder.

## Democratas do Norte

(Continuação da 2.ª pág.)  
rância de ideias, que desfizesse ódios e malquerenças.

Mas, como podem acabar os ódios e malquerenças quando há portugueses presos, deportados, exilados e compulsivamente afastados dos seus lugares? Como pode haver diálogo existindo a censura? Como pode haver troca de ideias francas e construtivas se os cidadãos — nomeadamente a juventude, sobre a qual pesa a responsabilidade do futuro — não puderem reunir-se e associar-se livremente e estiverem sujeitos à prisão em virtude das opiniões emitidas? São condições indispensáveis para congregar todos os portugueses:

— a libertação imediata de todos os presos políticos, o regresso dos deportados e exilados, e a reintegração de quantos foram demitidos ou não sancionados nas suas funções por virtude das suas ideias, com plena restituição dos seus direitos civis e políticos;

— a abolição da censura sob todas as formas;

— a liberdade de reunião e associação, a eliminação das leis repressivas dos chamados delitos de opinião, e a extinção da polícia e dos tribunais políticos;

— autonomia das organizações juvenis e sindicais.

VII — Sabe V. Exa. que, durante mais de 40 anos, não foi concedido aos portugueses o exercício dos direitos fundamentais que estão consignados na Constituição, sob o pretexto de que não tinham a maturidade e o civismo necessários para os exercerem.

Nós, democratas, sempre

EM CARACAS

## Inauguração da nova sede da Junta Patriótica Portuguesa

CARACAS (Do Correspondente) — A Junta Patriótica Portuguesa da Venezuela e o movimento "Libertad para España" inauguraram no dia 14 de Novembro uma nova sede num ato público que constituiu uma significativa demonstração da fraternidade que une os anti-fascistas portugueses e espanhóis na luta pelo derrubamento das ditaduras ibéricas e também da solidariedade dos democratas venezuelanos a esse combate.

Durante o ato usaram da palavra Alexis Adams, presidente da Federação de Centros Venezuelanos; José Marciano, dirigente da Confederação Unitária dos Trabalhadores Venezuelanos; António Garcia Ponce, pela União para Avançar; um representante da Associação Venezuelana de Jornalistas; e Jorge Gaspar,

diretor do Departamento Nacional de Relações com as Comunidades Imigratórias do Movimento Eleitoral do Povo. Falando em nome de "Libertad para España", Miguel Olmedilha e Manuel Pallares recordaram a heróica defesa de Madrid — cujo aniversário se comemorava naquela data — e fizeram um apelo à unidade de todos os anti-fascistas espanhóis, lembrando a necessidade de agirem à altura dos bravos que se imortalizaram em 36, tornando uma realidade de *No pasarán!*

Em nome dos portugueses, falou o jovem universitário João Lopes, secretário de propaganda da Junta Patriótica, que, depois de denunciar as manobras tendentes a ocultar o caráter fascista do novo governo, advertiu os portugueses da Venezuela contra o mito da "liberalização" do regime, responsabilizando Marcelo Caetano pela implantação do Salazarismo sem Salazar. O único caminho a seguir — salientou — é a luta frontal contra o fascismo: o caminho do levantamento nacional!

A grande assistência que encheu as dependências da nova sede reservou as suas mais calorosas ovações para o Prof. Cesar Rondon Lovera, presidente da Câmara dos Deputados da Venezuela. Amigo de todas as horas dos anti-fascistas portugueses e espanhóis, Rondon Lovera uma vez mais, com as suas palavras serenas, mas carregadas de solidariedade, lembrou a todos os que na Venezuela combatem os regimes simbolizados por Marcelo e Franco que podem contar com ele.

O ato findou com uma apresentação da grande artista Soledad Bravo, a quem a direção da JPP ofereceu um exemplar do disco "Canções da Resistência Portuguesa".  
A RÁDIO DA JPP, É UM GRANDE INSTRUMENTO DE LUTA

Num momento em que o governo de Lisboa, pela palavra do próprio sucessor de Salazar, derrama os seus insultos sobre as rádios democráticas portuguesas que funcionam no Exterior, é oportuno recordar que a Junta Patriótica Portuguesa da Venezuela mantém no ar, semanalmente, o programa radiofónico anti-salazarista mais antigo em todo o mundo.

Côm o afastamento de Salazar da cena política portuguesa, a audiência do programa da Junta — a "Voz da J.P.P." — aumentou extraordinariamente. Antes, muitos elementos da colônia portuguesa limitavam-se a escutar esses programas quase às escondidas, com receio de serem delatados à Embaixada por algum vizinho. Agora, as coisas mudaram. No Bairro de "Dos Caminos", por exemplo, em plena rua juntam-se portugueses em torno de rádios portáteis para escutar a "Voz da J.P.P."

Por outro lado, o jornal "Portugal Emigrado", cuja publicação regular não tem sido possível devido a dificuldades insanáveis de ordem técnica, vem encontrando também uma receptividade cada vez maior entre os portugueses da Venezuela e, particularmente, de Caracas.



agência TRIÂNGULO de seguros s. a.

SEGUROS DE VIDA EM GRUPO E COLETIVOS DE ACIDENTES PESSOAIS

RUA BRAULIO GOMES 107 - 4.º andar - conjunto 42

Telefones: — 32-4882 e 37-2774

SEGUROS DE INCÊNDIO SEGUROS EM GERAL

Endereço Telegráfico: — "CAMBRONNE"

SÃO PAULO



# LUTAS POPULARES

## AS EXIGÊNCIAS DOS FERROVIÁRIOS

Todos conhecem as dramáticas condições de vida dos ferroviários portugueses, apertados nas malhas de uma organização obsoleta e há muitos anos à beira da falência, a que só tem escapado graças aos empréstimos concedidos pelas entidades governamentais, hoje somando importâncias vultosas que, evidentemente, nunca mais serão restituídas, e tudo isto graças a uma administração caótica que há dezenas de anos se caracteriza pela inoperância, e à frente da qual o governo da ditadura costuma pôr, para premiá-los, alguns dos figurões do regime que momentaneamente não deseja na administração pública, recebendo chorudos ordenados, além das gratificações e ainda do que na Companhia se chama de "surdas", ou seja, gratificações de milhares de contos que ninguém controla a não ser a própria direção da C.P., que delas inteiramente se beneficia.

É claro que uma organização de tal modo contrária aos interesses do País não poderia nunca representar na Nação um valor económico. Dessa falha se ressentem o pessoal da Companhia, percebendo ordenados ínfimos e tendo ainda, como corolário, condições de trabalho desumanas.

Recentemente os ferroviários, que há mais de três anos aguardam o seu acordo coletivo de trabalho, dirigiram aos Ministros das Corporações e das Comunicações e ainda ao Presidente das União dos Sindicatos Ferroviários um extenso memorial através do qual, e consubstanciadas em 30 pontos, apresentam as suas reclamações, acompanhadas de considerandos que ressaltam o fato dos vencimentos praticados nos caminhos de ferro serem os mais baixos de toda a indústria nacional e em muitos casos inferiores aos pagos atualmente pela lavoura (sic), dando como exemplo o fato de um servente ganhar 1.200 escudos mensais enquanto que "o mais modesto dos trabalhadores rurais" percebe 70 escudos por dia.

As exigências dos ferroviários, expostas no memorial a que nos referimos são as seguintes:

1.º — Substituição urgente do actual acordo coletivo de trabalho, e que o novo seja redigido de forma a que a mesma Companhia ou os seus funcionários possam ter interpretação diferente ao teor das suas cláusulas;

2.º — Abolição das varias categorias dentro de cada classe em todos os serviços da Companhia;

3.º — Aumento geral de 1.000 escudos mensais sobre vencimentos das atuais categorias de 1.ª classe;

4.º — Concessão de 5% sobre o vencimento mensal para efeito de diuturnidade vencida de 3 em 3 anos até o 9.º ano e de 5 em 5 a partir do 9.º;

5.º — Que a assistência médico-medicamentos, a todos os ferroviários, seja feita por intermédio da Federação das Caixas de Previdência;

6.º — Que aos agentes que não habitam casa da Companhia seja atribuído um "subsídio de renda de casa", em conformidade com as rendas praticadas no meio onde reside;

7.º — Que todos os agentes obrigados a residir em casa da Companhia que distem mais de 3 kms. da localidade com recursos não paguem renda de casa. Entenda-se como recurso: médico, telefone, comércio;

8.º — Que o horário de todas as estações, apeadeiros e passagens de nível passe para 8 horas diárias, deixando de haver a classificação de "simples presença";

9.º — Que os vencimentos pedidos passem a ser móveis, em conformidade com o aumento ou diminuição do custo de vida;

10.º — Que aos agentes da conservação de via seja concedido anexo de residência entre as estações da mesma a fim de se deslocarem para o trabalho e vice-versa;

11.º — Que aos mesmos agentes seja considerado serviço efetivo o tempo gasto a pé no trajeto entre as suas residências e os locais de trabalho, tanto da ida como da volta, tomando-se como princípio a média de 5 ou 3 km. hora quando transportem ferramentas às costas, as quais não podem ser superiores à pá, bita e forquilha;

12.º — Que a sede do agente passe a ser só o local normal de trabalho ou o local onde estejam instalados os serviços de chefia imediata, deixando de serem consideradas como sede todas as dependências ou serviços discriminados pela localidade em que existam mais do que uma estação, apeadeiro ou serviço de chefia;

13.º — Que a área da sede não seja superior a 5 kms.;

14.º — Que todos os agentes deslocados para além da área da sua sede vençam um subsídio de 4 escudos por hora ou fração, como prêmio de deslocação;

15.º — Que todos os agentes obrigados a prestar serviço entre as 20.00 horas e as 8.30 horas do dia seguinte o mesmo lhe seja pago com 50% de aumento;

16.º — Que o horário de trabalho passe para 40 horas semanais divididas por 5 dias;

17.º — Que aos agentes que prestam serviço nas circulações ferroviárias, fluviais e de camionagem, seja obrigatória a observância de um mínimo de 14 horas seguidas de repouso, contadas desde a hora de retirada de serviço até à apresentação para o mesmo no dia seguinte, quando se verificar na sede, ou de 9 horas seguidas quando fora da mesma.

A não observância destes mínimos, por exaustamento dos mesmos, venha a permitir o aumento de 100% no tempo de encurtamento, contados desde a hora em que se apresente ao serviço até aquela em que deverá estar a repousar;

18.º — Que sejam mantidos e melhorados todos os prêmios de ação estimulativa por agora existentes;

19.º — Que os prêmios, que até agora constituem parte integrante dos vencimentos de determinados agentes, o continuem a ser;

20.º — Que a contabilização das horas extraordinárias passe a ser efetuada diariamente a todos os agentes;

21.º — Que todas as intermitências inferiores a 4 horas sejam consideradas como serviço efetivo;

22.º — Que o tempo ocupado nos piquetes ou quando saia ou regresso à sede em serviço sejam pagos por inteiro;

23.º — Que nos sejam concedidos 30 dias de licença com vencimento após 1 ano de serviço;

24.º — Que seja instituído o "subsídio de férias", nunca inferior a um mês de vencimento, e o 13.º mês por ocasião da "festa da família";

25.º — Que os períodos da parte de doente ou de ausência justificada não dêem motivo a descontos na licença com vencimento;

26.º — Que a classificação e equiparação de todo pessoal seja feita de harmonia com as tabelas exaradas no Regulamento Geral de Pessoal, de janeiro de 1927;

27.º — Que todas as dependências de serviço ofereçam todas as condições de salubridade assim como todos os dormitórios ofereçam boas condições de habitabilidade;

28.º — Que todas as escalas de serviço pessoal, depois de feitas pela Companhia, sejam visadas pela Inspeção Geral do Trabalho e fornecido um exemplar a cada agente dos serviços de trens, revisão de bilhetes e máquinas, deixando estes últimos de terem a obrigação de consultarem diariamente a tabela de serviço para o dia seguinte, visto daí advirem prejuízos para o seu descanso;

29.º — Que sejam atualizados os subsídios para confecção de fardamento;

30.º — Que aos esposos das empregadas da empresa sejam concedidas reduções nos transportes ferroviários.

## Intensificam-se as reivindicações

\* *Prosseguem em Portugal, em todos os campos, as lutas populares, por melhores salários, pela liberdade sindical, pela elevação enfim do padrão de vida material e cívico do trabalhador. Das últimas manifestações de que temos conhecimento citamos as que se seguem:*

\* *A Empresa de Camionagem Isidoro Duarte esteve paralisada por algumas horas num dia de Julho último, exigindo os trabalhadores aumento de salários com o qual a diretoria da firma foi obrigada a concordar.*

\* *Na Fábrica de Papel da Abelheira os operários pediram aumento que foi negado, com o conselho da gerência de se dirigirem ao Sindicato; como resultado os trabalhadores recusaram-se a fazer o 4.º turno, dos domingos, e a 10 de Junho, que é feriado nacional, também não compareceram na fábrica pois a diretoria não quis pagar o dia em dóbros, como manda a lei. Nesta fábrica há protestos contra o tipo de assistência médica recebida. Recordamos que o Sindicato dos Papeleiros onde, como em todos os outros só podem ser dirigentes pessoas da confiança da ditadura, não há eleições há vários anos.*

\* *Na Robialac um grupo de operários fez um abaixo assinado com o apoio praticamente de todos os outros, no qual se pede a revisão de salários, excessivamente baixos na firma.*

\* *Na Mague (Vaz Guedes), seção de soldadores, que tem 100 operários, houve ameaça de despedimento pela recusa de se trabalhar à base de prêmio; presentemente um grupo trabalha nessas condições enquanto outro não ultrapassa nunca o mínimo estabelecido.*

\* *Na seção de electricistas da mesma empresa pretendeu o patronato impôr igualmente o sistema de prêmios, sem qualquer resultado, pois toda a turma (40 operários) passou a regime de trabalho lento, apesar de todas as ameaças.*

\* *Na Tudor o prometido aumento vem sendo protelado desde Maio, sendo a situação dos trabalhadores deveras aflitiva.*

\* *Na Automática Elétrica Portuguesa (2.700 trabalhadores) os 300 operários da unidade fabril de Sacavém recusaram o aumento de 4 escudos por dia. Seguiu-se um aumento geral irrisório também havendo trabalhadores que receberam apenas Esc. 2,50 por dia, e os que tinham mais de 10 anos Esc. 10,00. A empresa viu-se também obrigada a aumentar o pessoal do escritório, embora em bases igualmente ridículas; a média desse aumento foi de Esc. 230,00 por mês, havendo quem recebesse apenas Esc. 70,00.*

\* *Na Fábrica de Material de Guerra de Braço de Prata registrou-se um protesto contra a qualidade de comida servida ao almoço, que era péssima.*

\* *Os agentes comerciais estão iniciando um movimento de aglutinação para se defenderem dos industriais fabricantes, pelos quais são constantemente e altamente prejudicados.*

\* *Foi recentemente assinado, depois de vários anos de luta, o novo contrato coletivo da indústria metal-mecânica, com um aumento médio de 63% sobre os salários anteriores, de 1960, o que quer dizer que os atuais estão ainda bem longe de corresponder ao atual custo de vida. Como resultado está sendo distribuída uma circular reclamando nova revisão, uma vez que a praticada é altamente lesiva dos interesses dos trabalhadores.*

\* *Na Companhia dos Telefones, na cidade do Porto, representantes de todas as seções, dirigiram-se à administração reclamando revisão de salários, tendo-lhes sido prometido que o assunto seria devidamente estudado.*

\* *Na Eduardo Ferreira e Irmão (1.000 operários) há reclamações contra os baixos salários e sobre o preço do almoço, atualmente custando Esc. 12,50, importância incompatível com o orçamento dos trabalhadores.*

\* *Muitas empresas textéis não estão recolhendo ao Sindicato as importâncias que descontam dos operários, para pagamento das suas quotas.*

\* *Na Sonafi (800 operários) há reclamações para o fornecimento do almoço, pois a firma dispõe de refeitório que para nada serve pois ela se recusa a dar refeições, mesmo pagas.*

\* *Um grupo de trabalhadores de construção civil do Porto exigiram aumento de salários. A polícia, chamada pelo encarregado, deteve-os e espancou-os. A revolta na cidade foi geral. Nas obras da Sacor, no norte de Portugal, estando a terminar as empreitadas, os operários vêm sendo despedidos e desalojados "manu militari" dos pobres barracos onde viviam.*

\* *Os propagandistas de produtos farmacêuticos estão também lutando por melhores salários; a reivindicação não foi atendida até agora, mas a combatividade da categoria profissional é muita animadora.*

\* *Em certas quintas de Almeirim registrou-se uma tentativa de greve, reprimida brutalmente pela polícia. Mesmo assim não foi possível aos latifundiários deixarem de aumentar os salários.*

\* *Tem-se registrado crise de mão de obra no Oeste, por vir-*

*tude da crescente emigração, legal e ilegal, e ainda pela chamada dos jovens que são mandados para servirem de "carne de canhão" para as guerras coloniais.*

\* *Camponeses da Estremadura, que possuem bois de trabalho, estão organizando cooperativas entre eles para poderem defender-se da exploração a que são sujeitos pelos proprietários de terras, que lhes pagam quantias ridículas pelo seu trabalho e dos animais.*

## A "Questão Agrária em Portugal"

O MAIS IMPORTANTE E PROFUNDO TRABALHO DO GÊNERO ATÉ HOJE REALIZADO

Pedidos a Nossa Redação

### PORTUGAL DEMOCRÁTICO

DIRETOR RESPONSÁVEL  
Otávio Martins de Moura

R. DE JANEIRO: Praça Floriano, 19 - 1.º - Tel.: 22-5686

REPRESENTANTES  
RECIFE: Manuel Luis Fernandes e Angelo Ferreira da Silva — Rua Real da Torre, 819 — 1.º  
CURITIBA: Antonio Serpa — Rua Dr. Murici, 712  
LONDRINA: Juno Duarte — Edifício Centro Comercial — Apto. 141

PELOTAS: Heitor M. Bandeira — Rua 7 de Setembro, 312 — Pelotas — Rio Grande do Sul  
INGLATERRA: Portuguese and Colonial Bulletin — 10 Fentiman Road, London, S.W. 8

BRUXELAS: Mercedes Guerrero — 107, rue Valaanderenstraat — Valaanderenstraat — Vilveede — Belgique

HOLANDA: ANGOLA COMITE — Vinkenstraat 13 — Amsterdam — C.

CANADÁ: Portuguese Canadian Democratic Association 357½ College St Box 153 Station B — Toronto 2 B — Ontário  
A. dos Santos  
7564 d'Outremont Ave. — Apt. 1 Montreal 15, P.Q.

VENEZUELA: Junta Patriótica Portuguesa — Apartado 8287 — Caracas

URUGUAI: Junta Patriótica Portuguesa del Uruguay Casilla de Correo n.º 2.128 — Distrito 5 — Montevideo

CHECOSLOVAQUIA: João Ribeiro — Postovní Urad/Jindrišská UL, C.14 Schránka 646 — Praha 1  
Tchecoslovaquie

FRANÇA: Grupo de Amigos de Portugal Democrático — 2, Place François Villon — Escalier E — La Courvenneuve — Seine — França

REDAÇÃO:  
Rua Líbero Badaró n.º 488 — 5.º and. sala 50 — Tel.: 37-0933 — São Paulo  
Caixa Postal 6248

Composto na  
Editora ESCRITOS Limitada  
Rua Almeida Torres, 119 — S. P.

EXPEDIENTE:  
Dias úteis: das 19 às 22 horas  
Sábados: das 15 às 19 horas  
Número avulso . . . . . NCr\$ 0,20  
Assinatura anual . . . . . NCr\$ 3,00

ANO XIII — N. 136 — JANEIRO 1969

Os artigos assinados traduzem apenas a opinião de seus autores, sendo por conseguinte de sua exclusiva responsabilidade.



NA MUTUALITÉ DE PARIS

# 2 mil pessoas no Ato Público de solidariedade ao povo português

PARIS (Do Correspondente) — O Ato Público de Solidariedade à Luta do Povo Português, que se realizou nesta capital, no dia 1 de Dezembro, por iniciativa dos Comitês de Ajuda formados em França, alcançou um extraordinário êxito tanto pela enorme assistência que compareceu — mais de 2000 pessoas entre as quais 1300 portugueses — como pelo numero e expressão das organizações e personalidades que lhe concederam o seu patrocínio. Entre as entidades que tornaram publica a sua adesão ao acto anotamos os nomes das seguintes: Comité Francês pela Amnistia em Portugal, Revista Católica "Esprit", Confederação Geral do Trabalho, União Nacional dos Estudantes da França, Partido Socialista Unificado, Partido Comunista Francês, Convenção das Instituições Republicanas, Associação Francesa dos Juristas Democratas, Movimento Contra o Racismo, o Anti-Semitismo e pela Paz, Federação dos Grupos "Temoignage Chrétien", Movimento pelo Desarmamento pela Paz e pela Liberdade, União das Mulheres Francesas, e Grupo "Henri Crolla".

## UM PUBLICO ENTUSIASMADO

Poucas vezes se terá reunido um publico tão cosmopolita no grande salão de espectáculos da Mutualité. Ao lado dos portugueses, na sua maioria jovens operários, viam-se centenas de franceses, espanhóis, gregos, árabes e representantes de mais de uma dezena de Republicas da África ao sul do Sahara. A sala estava decorada com cartazes artísticos, faixas e enormes fotografias alusivas à luta do povo português. No átrio eram vendidos cartazes e postais comemorativos e várias publicações em francês e português. Um dos postais apresentava no anverso a reprodução de um belo desenho do escultor José Dias Coelho, assassinado pela PIDE em 1961, e no verso um Apelo dos Comitês de Ajuda que findava com as seguintes palavras: "Se estás de acordo em dar a tua contribuição coloca-a no envelope anexo que te será pedido dentro em pouco. A verdade continuará o seu combate contra a mentira fascista! "... Amigo se tu caíres, um amigo sairá da sombra e tomará o teu lugar...".

Grupos de jovens distribuíam o programa e pequenas bandeiras portuguesas pela assistência. Nas primeiras filas, reservadas à imprensa e a personalidades do mundo intelectual e político, sentaram-se entre outros o poeta Guillevic, o escritor africano Yambo Onologuem (premio Renaudot 68), a deputada Marie Claude Vaillant Couturier, Mme Garcia, maire de Dransy, o compositor Jean Dréjac, o advogado Leclerc, etc.

Michel Muller — locutor da Radio Televisão Francesa — abriu o acto com breves palavras sobre o significado do mesmo, iniciando-se logo a se-

guir a parte artistica da reunião. Após a apresentação do grupo "Henri Crolla", foi anunciado o grande cantor francês Claude Vinci. O pano subiu e o público, surpreso, contemplou um cenário de um simbolismo pungente: um enorme sol de fogo evadindo-se das grades negras de uma prisão fascista. Claude Vinci recitou poemas de resistência e entoou canções revolucionárias.

No intervalo entre os vários numeros eram lidas mensagens recebidas de França e do Exterior, saudadas com ovações prolongadas. Na impossibilidade de reproduzirmos todas, damos no final os textos de algumas delas.

Depois dos numeros apresentados pelo cantor Daniel Lalou e por Pierre Debauche, diretor do Teatro de Nanterre, que leu extractos da peça "Canção do Espantalho Lusitano", de Peter Weiss, a atmosfera de entusiasmo e de solidariedade fraterna passou a atingir o seu nível mais alto. O publico, de pé, gritava bravo. O poeta Guillevic subiu então ao palco e aludindo ao postal de Dias Coelho a que nos referimos pediu aos presentes que colaborasse com a luta heroica do povo português, depositando os seus donativos nos envelopes respectivos.

Entretanto, eram recolhidas centenas de assinaturas para um abaixo-assinado a enviar ao atual chefe da ditadura, Marcelo Caetano.

## UMA SAUDAÇÃO DE SILAS CERQUEIRA

O dr. Silas Cerqueira, em nome dos anti-fascistas portugueses de Paris, dirigiu depois uma saudação ao publico estrangeiro presente, acentuando que a luta do povo português afecta todos os povos que amam a liberdade e a Paz, pois a ameaça fascista não desapareceu da face da Terra. Agradecendo a comovedora solidariedade prestada ao combate dos democratas portugueses, Silas Cerqueira exortou, por fim, os democratas portugueses e muito especialmente os trabalhadores ali presentes a prestigiarem sempre todas as manifestações de solidariedade anti-fascistas, destacando o facto de que todos os artistas haviam participado naquela festa de protesto gratuitamente.

A ultima parte do espetáculo abriu com o fadista português Germano Rocha que cantou vários fados do dr. José Afonso e de outros autores de resistência. Pia Colombo, Mara e Leny Escudero intervieram também em numeros muito aplaudidos, quase todos de um grande simbolismo revolucionário. A comunicação entre os artistas e assistência foi assim permanente. Mais de uma vez as palavras de ordem inscritas nas faixas que se viam nas paredes foram gritadas bem alto: "Liberté pour le peuple portugais", "Paix et Independance iné-

diante pour les pouples d'Angola, Guinée et Mozambique", "Non au Salazarisme sans Salazar".

## A mensagem da F.P.L.N.

Entre as muitas mensagens lidas a mais aplaudida foi a da Frente Patriótica de Libertação Nacional, recebida pela assistência com uma ovação apoteotica.

## O documento é do seguinte teor:

Queridos Amigos,

Congratulando-se com o êxito de uma iniciativa que, numa significativa manifestação de solidariedade, reúne democratas portugueses e democratas franceses amigos do Povo português, a Frente Patriótica de Libertação Nacional, apresenta-vos as suas mais calorosas saudações.

Escolhesteis a data de 1 de Dezembro para a vossa reunião. Data que evoca para nós, Portugueses, a reconquista da Independência Nacional após um longo período de domínio estrangeiro. Batendo-se contra um regime fascista, lutando pela liberdade e pela Democracia, é, também, pela Independência Nacional que o Povo português combate.

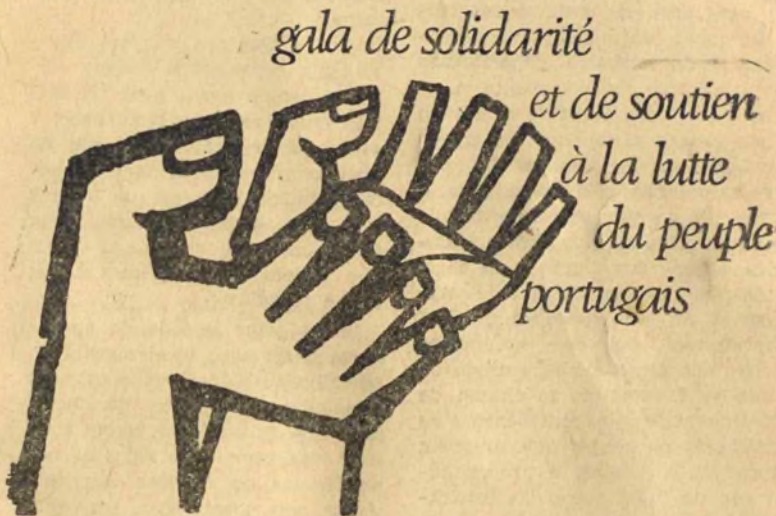
Hoje, Portugal, é dominado pelo capital estrangeiro. E a política colonialista de repressão e de guerra, que torna o regime fascista dependente do apoio financeiro, militar e diplomático das forças reacionárias internacionais, compromete, cada vez mais, a independência da nação e agrava a situação económica de subdesenvolvimento. Como resultado do longo reinado salazarista de miséria, de opressão e de terror policial, Portugal é, na Europa, o país mais atrasado, um país subdesenvolvido e um país subinstruído.

A guerra colonial dos salazaristas e dos sucessores da ditadura salazarista tem agravado a situação do povo e do país. O país está endividado. Metade do orçamento nacional é dispendido em despesas militares.

A subida ao poder de um sucessor de Salazar, representa apenas uma substituição de pessoas no quadro da mesma estrutura de poder fascista.

O fascismo em Portugal, continua. E continua, portanto, a luta do nosso Povo contra o governo ditatorial servidor dos monopólios nacionais e estrangeiros, contra o governo que faz a guerra colonial e que é o aliado dos racistas da África do Sul e da Rodésia contra os povos africanos.

A nossa luta pela Liberdade e pela Democracia tem ganho o apoio efetivo e a solidariedade atuante das forças políticas democráticas e progressistas da maioria dos países. Estamos gratos às Mulheres



Fac-simile do convite endereçado pelos promotores do Ato Publico realizado no "Mutualité de Paris, as personalidades e organizações que deram a sua adesão aquela iniciativa.

e aos Homens que nos têm ajudado a reconquistar a Liberdade. A nossa luta é também a sua luta. No mundo contemporâneo a Liberdade e a Paz são indivisíveis. Não podemos falar de Paz, quando pela Liberdade há homens que lutam de armas na mão em Angola, na Guiné, em Moçambique e no Vietnam.

Para a defesa da Liberdade e da Paz, para a conquista da Liberdade e da Paz, todos nós, democratas e homens de progresso, nos devemos unir.

Nós saudamos esta manifestação de unidade e de amizade de democratas da França e de Portugal.

Nós agradecemos aos nossos amigos franceses, a todos os democratas franceses amigos do nosso Povo, a sua solidariedade. Nós agradecemos ao Povo de França, cujas tradições democráticas profundamente admiramos, a sua luta pela liberdade e pela Democracia.

Viva a França Democrática. Viva o Povo Francês. Por um Portugal livre e democrático.

## A solidariedade dos escritores

Outra mensagem que o publico de pé, aplaudiu longamente foi a mensagem colectiva dos escritores, professores universitários, artistas e outros intelectuais franceses. Muito curto, o texto é do seguinte teor:

"Após 42 anos de ditadura, o povo português vê hoje a luz da alvorada da libertação. A simpatia e a ajuda de todos os democratas franceses não lhe devem faltar nesta hora decisiva. VIVA PORTUGAL LIVRE!"

aa) JACQUES MADAULE, presidente do Conselho Nacional dos Escritores Franceses; ELSA TRIOLET, escritora; LOUIS ARAGON, escritor; ARMAND LANOUX, premio Goncourt, 1966; VLADIMIR POZNER, escritor; ANDRE WURMSER, escritor e jornalista; MIGUEL ANGEL ASTURIAS, premio Nobel de Literatura, 1967; PAUL FRANKUR, artista de cinema; EDMOND CHARLES ROUX, premio Goncourt 1967; FRANÇOIS NOURISSIER, escritor;

GERMAINE MONTERO, actriz; YAMBO OULOGUEM, premio Renaudot 1968; Jean Pierre Chabrol, escritor; JORIS IVENS, cineasta; CATHERINE SAUVAGE, cantora; JEAN EFFEL, premio Lenin da Paz; JEAN FERRAT, compositor; ROGER GARAUDY, filosofo e escritor; MAURICE CHOURY, historiador; EMMANUEL D'ASTIER DE LA VIGERIE, escritor e jornalista; PIERRE BOMBOTE, escritor; BERNARD CLAVEL, premio Goncourt e grande premio da cidade de Paris, 1968.

## MENSAGEM DA ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DOS JURISTAS

Publicamos abaixo o texto da mensagem enviada pela Associação Internacional dos Juristas Democratas:

"Por ocasião do sarau de solidariedade e ajuda à luta do Povo português que se realiza hoje em Paris, a Associação Internacional dos Juristas Democratas, que há muitos anos não cessa de denunciar as violações dos direitos do homem em Portugal onde multiplicou o envio de delegações internacionais de Juristas e observadores jurídicos aos processos políticos, endereça-vos os mais calorosos votos de sucesso.

A Associação Internacional dos Juristas Democratas está pronta a intensificar as acções pela libertação de todos os presos políticos e pela instauração da democracia em Portugal."

José Nordman, Secretário-Geral

PORTUGAL DEMOCRATICO  
Rua Libero Badaró, 488 — 5.º - Sala 50  
Endereços de Assinantes